



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO DE CASTRO
Fundada em 07 de janeiro de 1884



Ata da 17ª reunião ordinária do 2º período legislativo da 33ª legislatura da Câmara Municipal de Salinópolis, realizada no dia 30 de novembro de 2017.

Aos 30 dias do mês de Novembro de 2017, nesta Cidade de Salinópolis, no prédio da Câmara Municipal, Palácio Manoel Pedro de Castro, situado na Avenida Beira Mar nº 1117, precisamente às 19:00 horas e 15 minutos, o Presidente iniciou a sessão solicitando ao 1º Secretário proceder com a chamada dos nobres Vereadores e Vereadora, dos quais com o livro de presença estavam presentes 11 Vereadores que compõe o Parlamento Municipal, faltas justificadas dos Vereadores: Wagner Pontes Magalhães e José de Souza Bezerra. Não havendo expediente para ser lido, o Presidente falou aos Srs. Vereadores (a) no horário de liderança irá dá um espaço de 10 minutos para o Dr. Paulo Bicalhio, fazer algumas explanação sobre o Projeto de Lei que veio do Executivo, usou da palavra saudando a Mesa Diretora, Vereadores e a população que se encontram nesse plenário, sou advogado e residente nesta cidade há dois anos, quando chegamos aqui tomamos o conhecimento dessa situação imobiliária dessa cidade, procuramos estudar obtivemos algumas informações que são relevantes para a regularização fundiária deste Município, praticamente 80% por cento da área urbana está irregular não tem títulos de escritura pública nem registro, temos o provimento nº 02, de 2005, do Tribunal de Justiça do Pará, que bloqueou parte dessa matrículas e outras foram canceladas temos também o acordão nº 01, de 2007, do mesmo conselho que ratificou o provimento nº 01, e temos ainda o acordão de nº 13, de 2009, que também bloqueia todas as matrículas de terras rurais no Estado do Pará, significa dizer que até que se prove como foi adquiridas são terras devolutas chamadas terras públicas, corre nesse juízo aqui de Salinas, vários processos em torno de 80, de desapropriação dos imóveis impetrados pelo Sr. Mauricio, filho do falecido Dodô, que se intitula como proprietário de todos esses imóveis como tática de tentar receber algum valor resolveu impetrar as ações em nome de Empresas, principalmente essas do corredor da Avenida que foram as atingidas nesse momento como se declarou pobre na forma da Lei, que de fato quem alega um patrimônio desse tamanho não é, o Juiz local indeferiu todas as petições ele recorreu para o Tribunal, e um dos Desembargadores não sei qual deles porque ainda não peguei o processo mandou o Juiz dá prosseguimento em 10 dessas, dia 28 anteontem tivemos audiência desses 10 processos dos 10 eu defendo 03, para os meus clientes orientei que não fizessem nenhum tipo de acordo infelizmente dentre esses acredito que um deve ter feito e estar arrependido hoje. Mais vejo só Srs. é um processo jurídico que se arrasta há 20 anos pelo lado Judiciário vai levar de 30 a 50, dificilmente de certa maneira o Judiciário não corre como as pessoas gostariam tudo tem seu tramite e seus templos porque o Juiz está abarrotado de processos, eu procurei a Associação Comercial, CDL, o Vereador Márcio, junto com a Dona Luciene, consiga uma audiência com o Prefeito, pra gente tentar explicar a situação, o Márcio conseguiu tivemos a audiência com o Prefeito, abordamos o assunto ele colocou junto aos



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO DE CASTRO
Fundada em 07 de janeiro de 1884

advogados da Prefeitura, e começamos a discutir eu acredito que daqui pra frente deva andar para todos logicamente eu tenho o interesse de resolver uma situação minha mais se resolver a minha resolve de todos tenham a certeza disso, a situação se resolve mais rápido pela vontade política, pelo Jurídico vai demorar muito tempo porque cada processo desse tem o seu tempo, decisões, recursos e recursos, vai levando a eternidade olhando outro processo onde o seu Mauricio, requer o cartório o desbloqueio das matrículas, o Juiz anterior encaminhou esse processo para o Procurador geral do Estado, e a Sr^a Procuradora manifestou-se no processo e afirma categoricamente que essas terras são do Estado, cabendo somente um ato de Governo, para a Secretaria da Fazenda fazer arrecadação dessas áreas e transferir para o Município, e o Município dá o andamento da regularização, estivemos no final de 2016, em dezembro a medida provisória 759, editada pelo Presidente da República sobre a regularização fundiária tanta nas áreas urbanas como das áreas rurais, alguns chamam até Lei da Lage, não sei, mais a regularização fundiária essa medida provisória foi convertida em lei nº 13.465, de julho de 2017, praticamente esta Lei obriga aos Municípios regularizarem as terras que estão ocupadas inclusive apontam as situações para aquelas áreas que se encontram em situações de até 250m², que estão isentas de qualquer taxas e emolumentos acima disso o Município vai arrecadar através de ITBI, o cartório vai arrecadar através dos registros das matrículas, é uma situação que transforma essa população deixando com segurança jurídica para que se faça as pessoas quando falecerem deixarem uma herança garantida para os parentes que ficam, acredito que não seja tão difícil de resolver a Prefeitura encaminhou para esta Casa um Projeto de Lei, criando uma gerencia de regularização fundiária é importante a apreciação dos Senhores, e a aprovação de cada projeto desse que chegar até aqui porque este é um dos caminhos pra chegar ao todo, o Prefeito vai ter que criar uma Secretaria ou uma Gerencia, para que crie uma equipe e trabalhe fazendo a identificação de cada imóvel desse do seu titular ai vai identificar e fazer a medição e vai emitir o título definitivo, mais também não é assim simples, o Prefeito quero aqui pedir a todos vocês que no momento desse não é pra ter ideologia política é pra ter o espirito de resolução para todos, então aquilo que se fizer e que vocês mesmos podem legislar posteriormente nisso aqui é uma Casa de Leis, façam desde que beneficiem a todos ou crie uma Comissão de Vereadores, vão até o Prefeito agendam uma audiência com o Procurador Geral do Estado, Governo do Estado, e dê encaminhamento a isso é necessário e objetivo nessas ações que estão tramitando que já houveram audiências o Município entrou como terceiro interessado em todos os 10 processos porque entende que é de interesse coletivo, eu de pronto também requeri a intimação do Ministério Público, hoje conversei com a Promotora também vai entrar no processo porque é de interesse coletivo, tudo está se encaminhando me coloco a disposição do Município, desta Casa para colaborar com o meu conhecimento e possa dá informação, porque temos informação do processo pois é público basta você querer manusear não vai poder levá-lo pra casa está aberto pra população pra ser visto por vocês, pode até aqueles que não corre sigilo pode até requerer um servidor do Fórum, acompanhe vocês até uma copiadora e xerocopia é simples aqui nesta Casa tem um Assessor Jurídico, que pode fazer isso devido habilidade que tem em manusear processos, então o que devemos



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO DE CASTRO
Fundada em 07 de janeiro de 1884

fazer é ter isso como prioridade porque é uma situação que se arrasta há muitos anos, o amanhã é hoje isso tudo vai beneficiar a população porque vai ter a garantia do imóvel, beneficiar o Município com arrecadação de ITBI forma legal o empresário vai ter o poder de oferecer o seu patrimônio com garantia para financiamento tendo a escritura da casa para pegar algum financiamento na Caixa Econômica, construir ou reformar então situação que pode gerar uma economia muito grande em relação a valores o CDL e Associação Comercial, requerer junto a Prefeitura para que intervisse a princípio estão defendendo a categoria mais nesse momento defendendo a categoria e a todos, fico aqui a disposição para alguma pergunta se o tempo a sim o permitir e dizer estou aqui na cidade e alguém queira conversar marca um horário na Associação Comercial posso ir lá atender sem nenhum problema e nenhum custo quero colaborar pra resolver a situação e dizer a todos muito obrigado. **Pediu a palavra o Vereador Gilson Serra**, para cumprimentar o Doutor pela oportunidade que nós deu juntamente com a D. Luciene, já estiveram nesta Casa na semana, mais vou fazer um esclarecimento e senhor me confirme que usou uma palavra **o amanhã é hoje**, e teve essa ações que deram entrada e a Prefeitura precisava com urgência de ter aprovado esse projeto, então Sr. Presidente marcou pra próxima quinta, perguntaria a todos os Vereadores se não poderíamos fazer uma extraordinária na terça feira, é de fundamental importância pra essa ação ou quinta feira seria uma data certa. **O Dr. Paulo, respondeu**, disse que não entende do processo legislativo porque nunca trabalhei com este mais veja só o que é a criação de uma Secretaria ou Gerência como é o projeto que chegou a esta casa é importante porque é um pré requisito para que a situação ocorra essa gerência formada com sua equipe técnicos profissionais habilitados principalmente da Engenharia no Crea, para fazer o levantamento de todas essas áreas acredito assim quanto mais rápido seja aprovado a Prefeitura vai dá o encaminhamento peço a todos que apoie esses projetos que chegarem nesse sentido e poderem dá uma celeridade dentro do rito processual que ocorre na casa que façam porque é de fundamental importância para todos e isso vocês já chegar lá no Governador, já está criada a situação a Secretaria já foi criada, montada, nomeada, só falta V. Ex^a, declarar aqui são terras públicas e mandar desbloquear e transferir para o Município, então tudo isso é de importância para todos. **O Vereador Francisco Machado usa da palavra**, dizer que diante das audiências públicas que aconteceu e foram intimados os donos das casas ou de terrenos, não ouvindo bem as suas colocações como ficou essa audiência diante do chamado do Juiz. Respondeu o Dr. dos 10 processos acredito eu que só um deles foi que fez acordo porque acho que se sentiu temeroso e fez acordo não perante o Juiz, e sim fora mais o acordo significa dizer contrato de locação porque não tem como transferir o título de propriedade nenhum todos aqueles que foram desmembrados anteriormente se alguém tem título desse e vedam hoje ele não vai poder transferir porque também está bloqueado. Depois o Vereador continuou com a palavra, acho que é importante que marquemos essa reunião pra terça feira, que possamos aprovar esse projeto mais rápido possível, conte com o nosso apoio estamos aqui a disposição. Em seguida o Presidente passou para o grande expediente. **Pede a palavra o Vereador Francisco Machado**, saudou aos presentes, venho a essa tribuna mais uma vez falar de uma situação que aconteceu em nosso Município, com relação ao



transito mais uma vida foi ceifada de um jovem que tinha toda uma vida pela frente nos entristece é que nós pais somos culpados disso entregamos uma arma nas mão dos nossos filhos, trabalho no Detran presencio todos os dias fatos idêntico com que aconteceu com o filho do amigo, conhecíamos ele mais pela força da juventude e emoção naquele momento não pensou que viria um carro do outro lado, sabemos que muita gente não é habilitado, motos estão irregular mais está na mão de um adolescente, como pai me entristece por perder um ante querido ainda sendo jovem, vou falar com o Prefeito pra agilizar esse projeto por em prática no início do ano de 2018, nas ruas os agentes de transito orientando a população pra andar corretamente de moto durante um mês, depois se não obedecer tem que ser multa alta pra pesar no bolso falou ainda que tem mototaxista andam com 03 pessoas ainda sem capacete é um absurdo, foi dito aqui nesta casa que mototaxista é pra dá exemplo é uma crítica construtiva para que tenha mais consciência com relação ao transito porque já aconteceram muitas mortes de jovens com motos. **Usou da palavra o Vereador Gilson Serra,** ouvindo o relato do Vereador Machado, dizer que procuramos o Sr. Prefeito até antes do acidente que é uma solicitação não só do povo de Salinas, com a implantação e regularização do transito, nos repassou pro jurídico Vereador isso é um tramite desde do concurso, houve a seleção dos 31 mais o cadastro de reserva e partir da semana passada esteve sendo realizado pelo Corpo de Bombeiros, o TAF para os 43, vão ser chamados gradativamente vai sair o resultado pelo Corpo de Bombeiros, ser encaminhado para a Prefeitura e a Prefeitura vai encaminhar em parceria e fiscalização do Ministério Público, e com certeza é pensamento do Poder Executivo, mais rápido possível já implantar tem o prédio, o Diretor o Secretário escolhido pelo Prefeito já esteve aqui nessa casa. Mais Vereador Machado, se fossemos falar do nosso transito não suporta mais há dois meses estivemos uma equipe do Detran, passaram 15 dias dando treinamento, aperfeiçoamento ganharam diploma os mototaxistas, estive aqui foi o que eles mais cobraram dos mototaxistas foi capacete, condução com responsabilidade foram efetivados e eles são responsável pelas nossas famílias e amigos e o que vimos não é isso, ver constantemente os mototaxistas andarem na contra mão do lado da delegacia, temos que pedir a Deus que não aconteçam mais esses acidentes em nosso Município, está chegando final do ano e aumenta o automotivo e o risco é maior tem que implantar com urgência o transito.

Fez uso da palavra o Vereador Márcio Flávio, apresentando requerimento para o Poder Público, pedindo seja feito o serviço de urbanização da Rua Prudente de Moraes entre as Ruas Francisco Nunes e Nossa Senhora das Graças, após a leitura do requerimento, continuou com suas palavras para dizer que está com uma lista de assinaturas dos pais dos alunos da Escola Cecilia de Nazaré da Fonseca, os mesmos estão pedindo que seja criado do 7º ao 9º ano, peço que os nobres colegas que assinem pra ser encaminhado para o Prefeito Municipal. Disse ainda que antes de ser Vereador a D. Luciene já me perturbava sobre essas terras, mais tudo é Deus que traça os nossos destinos hoje estamos lutando pelos direitos de todos os Salinopolitanos, acho que todos merecem um pedaço de terra, vocês podem ficar cientes dos bairros, Nova Brasília, Bom Jesus, Atlântico, tenho certeza que nós Vereadores o que podemos fazer por vocês a gente faz. **Usou da palavra o Vereador Vanderson,** para fazer a leitura de um Projeto de Resolução, pedindo uma



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO DE CASTRO
Fundada em 07 de janeiro de 1884

emenda ao Regimento Interno, que modifica e revoga referente a redução do recesso parlamentar disse que respeita também a decisão da maioria mais gostaria de contar com o apoio dos nobres vereadores, é uma modificação que a maioria da população está pedindo em várias cidades acho que Salinas não vai ser diferente, depois falou que gostaria de falar sobre os projetos que o Prefeito está mandando pra esta Câmara, não foi reprovado nenhum e os Vereadores tem a responsabilidade com o Município, e nenhum Vereador vai atrapalhar o Município sendo de oposição ou situação deixo aqui o meu apoio ao projeto do Prefeito, torcer que tudo deia certo e o possamos ganhar essa luta para o bem do Município. **Pediu a palavra o Vereador Marcelo Maia**, falar um pouco em relação ao mês de dezembro e acompanhar os trabalhos do Prefeito Paulo Henrique em nosso Município, vamos fechar o ano de 2017, com mais três obras sendo inauguradas Unidade de Saúde da Família, bairro das pedrinhas, a quadra coberta e a reforma da escola na Vila de São Bento, no bairro João Paulo II, o serviço de asfaltamento, tubulação de esgoto, fechando o compromisso de inauguração mais tenho certeza que 2018, vai acontecer o embalo do trabalho, compromisso e respeito com a população de Salinas. Foi tocado no assunto das terras, aonde tem Vereadores que faz parte da Comissão, vão acompanhar a população que é a maior interessada nisso, como os Vereadores falaram já vai se arrastando essa legalização das terras quem que não quer pais de família um título definitivo do seu terreno, isso ai é um compromisso do Prefeito Paulo Henrique, Câmara Municipal e Poder Judiciário, acolhemos todos os moradores de outros Municípios, que agora fazem parte do Município de Salinópolis, quinta feira vai ser aprovado o projeto de lei de gerenciamento da terras não vai definir o terreno isso é apenas um pontapé inicial pra fazer o processo não vamos parar por ai, falo mais, que chegue nesta Casa de Leis, um projeto de lei mais rápido possível para que possamos repassar a população já o título definitivo da sua área o Prefeito está fazendo o papel dele, agora claro vai chegar os aproveitadores da capital querendo notificar o dono do terreno que é vendedor de caranguejo, de mexilhão, que pais estamos vamos nivelar do tirador do caranguejo até o empresário. Falar também Vereadores foi falado sobre os projetos de leis que vem pra esta casa, vamos encerrar todos nesse ano de 2017, como da eleição pra diretores de escola municipal de um ano com direito a reeleição por tempo indeterminado a população elege Vereador, Conselho Tutelar, também vai eleger diretores de escolas municipais, são os pais e mães e alunos acima de 12 anos. **Pede aparte o Vereador Gilson Serra**, você tocou num ponto interessante sobre a eleição queria perguntar ao Sr. Presidente, seguindo o Regimento Interno a partir do dia 15, seria marcada a eleição da nova Mesa Diretora, se já tem uma data especifica o presidente disse dia 21, completando aparte do Vereador, também podemos uma comissão dos moradores após a sessão para tocar no assunto em relação a série pra trazer para o Colégio Cecília de Nazaré, e amanhã vamos levar para o Prefeito porque não podemos resolver pela Câmara e sim pelo Executivo. Logo após o Presidente **passou para a 1ª parte**: colocando em discussão a 16ª ata ordinária do 2º período legislativo realizada no dia 23 de novembro de 2017, depois colocou em aprovação, foi aprovada por unanimidade dos Vereadores presentes. Colocou em discussão o requerimento, autoria do Vereador Marcio Vanderson, pedindo para o Prefeito Municipal, a regularização do fornecimento de água potável

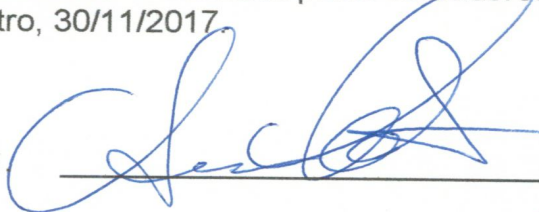
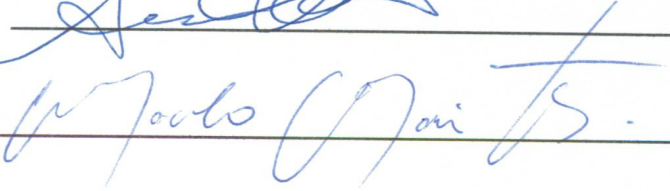





para os bairros Bom Jesus I e II, Atlântico II, Nova Brasília, São Tomé. Também foi reiterado o Requerimento nº 03/17, aprovado em 23/03/17, pedindo para o Executivo a pavimentação da Rua B e da Travessa 3ª, do Bairro Loteamento Atalaia que dá acesso ao Colégio Abre, depois o Presidente colocou em aprovação os requerimentos foram aprovados por unanimidade dos Vereadores presentes. A seguir colocou em discussões os seguintes pareceres: **Comissão de Constituição e Justiça**, do Projeto de Lei, que Cria de Função de Coordenador de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Salinópolis. **Comissão de Finanças**, do referido Projeto de Lei. **Comissão de Constituição e Justiça**, do Projeto de Lei Orçamentária Anual (L.O.A) exercício de 2018. **Comissão de Finanças, do Orçamento Anual exercício de 2018**. Depois o Presidente colocou em aprovação todos os pareceres não havendo manifestação ao contrário, **foram aprovados com suas respectivas Leis por unanimidade dos Vereadores presentes**. Depois passou para a 2ª parte: pediu ao Vereador Nilson Santa Brígida, fazer a leitura do parecer da Comissão de Justiça, do Projeto de Lei, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Câmara Municipal de Salinópolis. **O Vereador Nilson Santa Brígida, pediu a palavra para fazer sua justificativa sobre o parecer da Comissão de Justiça, do Projeto de Lei em pauta o qual é relator,** conversando com os nobres Vereadores, pediram que deixasse esse Projeto de Lei para o ano que vem o no Presidente colocará em pauta e vamos discutir esse assunto. **O Presidente usou da palavra para dizer ao Vereador que isso não é justificativa que cabe nesse projeto porque foi passado para todos os Vereadores analisaram**, eu não sei porque o nobres Vereadores não querem prosseguir com aprovação desse projeto onde estabelece o Plano de Cargos e Carreira dos Funcionários dessa Casa que nunca houve tanto a parte contábil como o jurídico analisaram não vejo porque não querem aprovar. **O Vereador Nilson falou**, que sabemos que é importante porque o quadro de funcionários já está defasado, mais fechamos um acordo com os Vereadores, por isso que pedimos pra ficar para o ano que vem. Continuando com a palavra o Presidente perguntou se todos os Vereadores estão de acordo. **O Vereador Marcelo Maia, usa da palavra** para reforçar as palavra do Vereador Nilson, a Câmara de imediato não tem como ver esse projeto de lei, vamos esperar primeiro como o ano de 2018, se inicia isso que o Vereador Nilson fez nas suas colocações, vamos fechar um compromisso com os funcionários igual o que o Prefeito finaliza com o servidor público, tem que ver primeiro o orçamento término de 2017, pra iniciar 2018, é totalmente diferente não tem cabimento uma aprovação dessa num final de ano, no início do ano o Presidente vai analisar e tenho certeza que os trabalhadores da Câmara estão cientes disso, de imediato dia 15 de fevereiro tocar nesse assunto. **Depois o Presidente usou da palavra**, para dizer ao Sr. que não se trata de reajuste de servidores, já foi dado o reajuste junto com os dos Veadores, se está preocupado que vai ser o Presidente, e que essa aprovação vai trazer prejuízo pro senhor, por isso essa Casa tem Jurídico, Contábil pra justamente não ultrapassar o orçamento, agora se o projeto é da mesa e não querem aprovar sejam homens é falar isso, porque aqui não tem nenhuma criança, nem garotinho, que não sabem que não é um chopp nem bombom, é uma questão de reorganizar que nunca houve um questão e todo servidor público precisa ter o seu PCCR, a partir do momento que se sentir lesado e não ser cumprido ele vai procurar o Ministério



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PALÁCIO MANOEL PEDRO DE CASTRO
Fundada em 07 de janeiro de 1884

Público, isso é uma reivindicação do próprio TCM, se o senhor não sabe mais aqui quem decide é a maioria, em seguida agradeceu a presença dos Vereadores que estavam presentes nessa reunião, depois encerrou a sessão marcando a próxima para o dia 07 de dezembro no horário regimental. E para constar Marcelo Maia Teixeira 1º Secretário lavrou a presente ata depois de aprovada será assinada pelos vereadores presentes. Palácio Manoel Pedro de Castro, 30/11/2017.

1. 
2.  Marcelo Maia T.S.
3. ANTONIO CARLOS GONCALVES RUFINO
4. Maria de Lourdes S. Lopes
5. Felício Márcio RAO LEITE
6. WAGNER DOS SANTOS ~~de~~ justificada
7. partia justificada
8. 
9. 
10. 
11. Wagner
12. Rodrigo Ruyol Barros
13. José Rod